

Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003

Media and drugs: a documental analysis
of the Brazilian writing media between 1999 and 2003

Telmo Mota Ronzani¹
Ameli Gabriele Batista Fernandes¹
Carla Ferreira de Paula Gebara¹
Samia Abreu Oliveira¹
Natália Nunes Scoralick¹
Lélio Moura Lourenço¹

Abstract *This paper aims to analyze the kind of information published by the Brazilian “written media” about drugs. It was examined articles about drugs in a national circulation magazine between 1999 and 2003, through an analysis of content. A total of 481 articles were found. “Consumption” was the most appeared topic. The most quoted drugs were: cocaine (21%), marijuana (19%), alcoholic beverages (12%) and cigarettes (12%). This research also showed that 57% of the articles were related to cigarettes, its harmful effects, whereas alcohol had the same amount of articles showing it as a good or a bad substance for the human being and considered the most addictive drug (23%). On the other hand, cocaine was related to drug dealing (30%). In general, cocaine and marijuana were in focus in the media while alcohol and solvents had less prominence considering the epidemiologic data of use. We can notice that there is an incompatibility between the media focus and the profile of drug consumption in Brazil, that could influence the person’s beliefs about certain substances and public politics about drugs in Brazil.*
Key words *Drugs, Media, Public Health*

Resumo *Este artigo busca analisar os conteúdos que a mídia escrita brasileira apresenta sobre drogas. Foram pesquisados artigos sobre drogas em uma revista de circulação nacional, entre 1999 e 2003, através de análise de conteúdo. Foram encontrados 481 artigos. A subcategoria “consumo” foi a mais abordada, sendo as drogas mais citadas: cocaína (21%), maconha (19%), álcool (12%) e cigarro (12%). Quanto à categoria “saúde”, o cigarro apresentou 57% dos artigos relacionados aos “malefícios do uso”, enquanto o álcool foi caracterizado pela ambivalência (ocorrências iguais para benefícios e malefícios) e associado à dependência (23%); no tocante à cocaína, mais ocorrências relacionaram-se ao tráfico (30%). De modo geral, a cocaína e a maconha receberam destaque da mídia, enquanto o álcool e solventes tiveram pouco destaque em comparação aos dados epidemiológicos de uso. Percebe-se que existe uma incompatibilidade entre o enfoque da mídia e o consumo de drogas no Brasil, fato que pode influenciar as crenças das pessoas sobre determinadas substâncias e as políticas públicas sobre drogas no Brasil.*
Palavras-chave *Drogas, Mídia, Saúde Pública*

¹Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Juiz de Fora. Rua José Lourenço Kelmer s/n, Campus Universitário, Bairro São Pedro. 36036-330 Juiz de Fora MG. telmo.ronzani@ufjf.edu.br

Introdução

O uso de substâncias psicoativas tem se tornado, nos últimos anos, um dos principais problemas de saúde pública em todo o mundo^{1,2}, sendo associado não só a diversos problemas de ordem biológica, como também a problemas sociais, dentre os quais se encontram a violência e questões ligadas ao uso ou tráfico de drogas ilícitas³⁻⁶. Além da complexidade no tratamento da dependência de drogas, que envolve múltiplos fatores, existe entre a população geral — e entre os profissionais de saúde — uma confusão entre o usuário e o traficante, levando, muitas vezes a uma estigmatização social do usuário e conseqüentemente a uma dificuldade de acesso ao tratamento e políticas públicas inadequadas². Portanto, a dependência de drogas se constituiria em um problema sem cura, com o dependente sendo visto como alguém com “deficiência de caráter”. Atualmente, existe a preocupação de alguns profissionais de saúde em romper tais crenças e atitudes como um facilitador de ações de prevenção e implementação de políticas públicas em relação ao uso de álcool e outras substâncias⁷.

As atitudes negativas sobre determinado comportamento social seriam formadas, segundo a teoria da aprendizagem social⁸, pelas normas sociais, que variam de acordo com o grupo em que os indivíduos estão inseridos e com o contexto sócio-histórico e cultural em que se situam^{9,10}. De acordo com alguns autores, o que é considerado estranho em uma cultura pode perfeitamente ser encarado como normal e ajustado em outra. As normas sociais são aprendidas em casa, na escola, com colegas e através da mídia e das artes como fontes importantes de formação de opinião pública e crenças compartilhadas, através de um processo de comunicação e mensagens complexas, nos instruindo aberta ou sutilmente sobre o que pensar e como agir no mundo. É desta forma que certos comportamentos e crenças persistem em um dado momento e em uma dada cultura. O consumo de drogas está presente em nossa sociedade desde os primórdios da humanidade. As crenças sobre esse consumo, assim como as demais crenças que permeiam a humanidade, variaram entre os usuários ao longo da história. A droga, por muitas vezes, perpassou o sagrado e o profano, a legalidade e a proibição, sendo hoje seu consumo um hábito amplamente aceito e praticado por grande parte da sociedade⁶.

O uso de substâncias psicoativas está associado, tanto entre jovens quanto entre pessoas mais velhas^{11,12}, a aspectos positivos da vida, socialmente aceito em rituais tradicionais e celebrações fami-

liares. O padrão de uso tende a se correlacionar com os diferentes estágios da vida do indivíduo, assim como com as normas sociais e as crenças vigentes que possui¹³. Apesar do abuso de substâncias ser um problema entre adultos jovens, as crenças e os comportamentos a respeito das drogas são aprendidos desde muito cedo, podendo ser reforçados pelo grupo familiar, amigos, mensagens midiáticas, etc.¹⁴.

Ramos¹⁵ discute o papel da opinião pública nas sociedades como fonte de informação e determinante de crenças e atitudes sobre determinado assunto. Segundo este autor, ao longo da história, a opinião pública deixa de ser difundida pelo encontro direto entre pessoas ou grupos e a mídia de massa se torna o mediador e divulgador de idéias sobre determinados eventos. Tal mudança se deve principalmente à urbanização e modernização das sociedades. A imprensa, portanto, veio caracterizar-se definitivamente enquanto principal agente da opinião, tendo seu alcance e poder de influência aumentada.

Além de sua importância enquanto meio de propagação de idéias, a mídia se torna uma fonte de identificação fundamental para os sujeitos ou grupos como forma de localização social de uma opinião pessoal. É interessante ressaltar que a mídia, além de ser uma fonte de formação de crenças e atitudes, também pode representar um contexto específico podendo, portanto, refletir o pensamento coletivo em um determinado momento ou influenciar tal pensamento¹⁵. Portanto, os meios de comunicação de massa tornam-se um importante veículo de fortalecimento e difusão de ideologias específicas com grande poder de alcance¹⁶.

Ao analisarmos a importância da mídia na formação das crenças e atitudes sobre o uso e usuários de drogas, sabe-se que esta desempenha um importante papel como fonte de identificação de normas sociais, produtor de determinadas crenças ou como divulgador e facilitador de políticas de prevenção ao uso de drogas^{17,18}. Desta forma, mensagens veiculadas pela mídia podem facilitar uma produção de crenças inverídicas sobre as substâncias psicoativas¹⁹. Por outro lado, a mídia pode ser uma importante ferramenta para estratégias de prevenção ou promoção de saúde da população, principalmente da população jovem^{20,21}.

Mesmo existindo o mito da objetividade jornalística, segundo o qual a imprensa deveria ser neutra para que coubesse ao leitor a tarefa de interpretação livre dos fatos veiculados, é importante destacar que o objeto analisado e apresentado pela mídia não é a realidade ontológica, mas sim o discurso, o relato de acontecimentos. A mídia, por-

tanto, exerce diariamente uma função mediadora^{22,23} entre o leitor e a realidade, sendo que esta última, antes de ser apresentada, foi lida e interpretada. Sendo assim, a essência do material que realmente chega até os leitores trata-se de uma certa obra de ficção, uma vez que seu conteúdo é produzido de acordo com os padrões que dão forma e corpo aos fatos, sendo “real” antes de ser apresentado a seu “consumidor”, selecionado, lido e interpretado, ganhando novos sentidos e relevâncias, acrescentando-se a esta produção o valor da credibilidade. Assim, esta mídia exerce poder na formação de opiniões e sua interpretação constituiu-se em um poderoso instrumento de manipulação da vida social, a ponto de ser qualificado como quarto poder²⁴.

Portanto, como um dos processos de análise e entendimento sobre como determinadas atitudes são formadas ou sobre como as políticas públicas são formuladas e implementadas sobre as drogas no país, torna-se importante avaliar como a mídia de massa apresenta as informações sobre o tema, tendo em vista sua importância como formadora de opinião pública e na influência da formação de crenças sobre esse uso entre jovens e adultos. Em estudo anterior, uma das principais referências de estudo na área¹⁹, houve uma importante contribuição para o entendimento sobre as mensagens apresentadas na mídia no ano de 1998, sendo um primeiro passo para uma discussão mais ampla; porém, informações mais recentes e ao longo de um período de análise mais longo merecem ser investigadas.

O objetivo do presente estudo foi analisar quais os conteúdos veiculados pela mídia escrita brasileira sobre substâncias psicoativas entre os anos de 1999 e 2003.

Metodologia

Nesta pesquisa, foi realizada uma metodologia qualitativa, através do método de análise de conteúdo do tipo temática e estrutural²⁵, por meio de análise documental²⁶. Foram analisadas matérias ou artigos sobre substâncias psicotrópicas publicadas em uma revista de grande circulação destinada ao público geral, durante o período de cinco anos (de 1999 a 2003).

O acesso às matérias foi *online*, através do *site* da revista, com a utilização da senha de assinatura. Inicialmente, foi feita uma pesquisa detalhada, utilizando como palavras-chave as seguintes substâncias psicoativas: álcool, anabolizante(s), anfetamina(s), ansiolítico(s), barbitúrico(s), cigar-

ro/tabaco, cocaína, crack, ecstasy, heroína, maco-nha, morfina, ópio, sedativo(s), solvente(s) e o termo droga(s). Este último foi incluído com o objetivo de analisar as matérias que não faziam referência direta a nenhuma substância psicoativa específica, mas que se referiam às “drogas” de uma forma geral. Após esta primeira fase de pesquisa, foram estabelecidos critérios de exclusão: matérias que faziam referência a alguma substância, sem que esta fosse o tema principal, ou que citassem a palavra pesquisada sem a denotação de substância psicoativa — por exemplo, dentro da pesquisa sobre o termo álcool, foram encontrados vários textos sobre “álcool combustível”, e na pesquisa sobre heroína, esta apareceu com frequência como o pronome feminino de herói.

Análise dos dados

A análise de conteúdo temática passou por diversas etapas de organização e interpretação dos dados²⁷. Após a primeira seleção dos textos, a primeira etapa da análise foi a leitura flutuante para avaliação geral²¹. Desta forma, foram selecionadas as matérias em que as substâncias psicoativas aparecessem como tema principal. Foi contada uma frequência para cada droga citada. Assim, se nas matérias encontradas na busca pela palavra-chave fossem citadas outras substâncias, seria contada uma frequência para cada uma delas.

Posteriormente à leitura flutuante, iniciou-se a análise vertical dos dados, estabelecendo as categorias e subcategorias, que foram sistematizadas e definidas de acordo com a Tabela 1.

A análise vertical foi realizada por três pesquisadores e, em casos de divergência quanto à categorização dos trechos dos artigos, foram estabelecidos dois juizes com experiência em análise de conteúdo para se chegar a um consenso final.

Como última etapa da análise, foi realizada a comparação e a horizontalização da categorização de cada artigo para a visualização geral dos dados. Esta fase consistiu na junção e soma de frequência das categorias e subcategorias classificadas em cada artigo²⁵. Os resultados foram apresentados em porcentagem das categorias definidas a partir do total de ocorrência em cada classe de droga.

Resultados

A partir dos critérios estabelecidos para o estudo, foram encontradas 3.072 matérias relacionadas às substâncias pesquisadas. A partir dos critérios de exclusão, foram eliminadas 2.591 matérias e inclu-

Tabela 1. Categorias, subcategorias e suas definições a partir da análise de conteúdo.

Categoria	Subcategoria	Definição
Saúde	Malefícios do uso	Efeitos orgânicos negativos ao usuário
	Benefícios do uso	Efeitos orgânicos positivos ao usuário
Comportamento	Estímulo ao uso	Destaque maior aos efeitos positivos pelo uso e textos instigadores do consumo
	Consumo	Aplicação, estatísticas e padrões de consumo
	Dependência	Estudos sobre a dependência
	Educação	Medidas educacionais de redução e prevenção do uso
	Crenças	Opiniões pessoais ou de grupos sobre a droga e o uso
	Biografia	Associação da droga à pessoa em destaque
	Implicações sociais	Consequências à sociedade em decorrência do uso
Tráfico	Apreensão	Tipo, quantidade, local e procedência de apreensões
	Poder paralelo	Modo de funcionamento e descrição do poder de organizações criminosas ligadas ao tráfico
	Vínculo com política	Relacionamento entre países para combater a droga
Políticas públicas	Medidas restritivas	Leis que proíbem, restringem e punem o uso e a comercialização da droga, bem como políticas públicas de prevenção
	Medidas permissivas	Leis que permitem ou flexionam o consumo e a comercialização da droga
Tratamento	Políticas de tratamento	Iniciativas públicas de tratamento
	Estratégias pessoais	Pesquisas e indicações de tratamento ao indivíduo
Economia	Cultivo	Formas e locais de cultivo e produção
	Publicidade	Divulgação de novas e antigas drogas de maneira semelhante à propaganda
	Custos econômicos	Aspectos financeiros da produção, prevenção e uso da droga, seja para empresas ou países

idas 481 matérias relacionadas às drogas pesquisadas. As substâncias com maior número de ocorrências foram, respectivamente, cigarro (21,2%), cocaína (20,8%), álcool (15,2%), maconha (15,2%), droga (s) (6,9%), heroína (6%) e crack (5,4%) (Figura 1).

Em relação às categorias definidas, os temas mais abordados nas matérias pesquisadas foram: comportamento (49%), saúde (14%), tráfico (14%), políticas públicas (11%), economia (8%) e tratamento (4%) (sobre a frequência de cada subcategoria, ver Figura 2).

Avaliação de ocorrências por droga

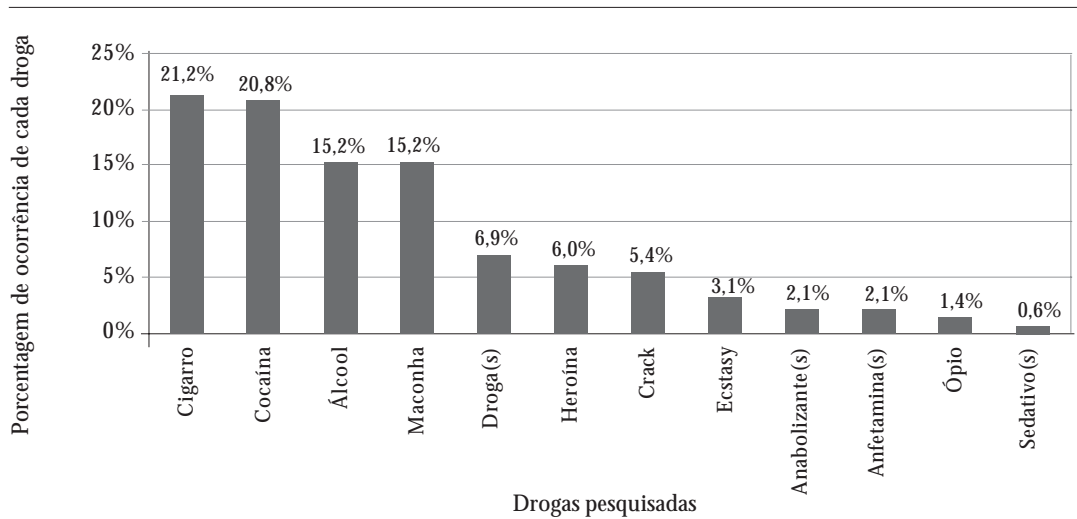
Cigarro

As categorias “saúde” e “comportamento” foram as mais frequentes para essa substância, apresentando a mesma porcentagem (33%). Em rela-

ção às subcategorias, verificou-se que 33% do total de matérias sobre cigarro tratavam dos “malefícios do uso”. Em contrapartida, na subcategoria “dependência”, encaixaram-se 7% das ocorrências. Especificamente para a subcategoria “custos econômicos”, o cigarro foi a substância mais citada em relação a outras drogas, representando 67% do total de ocorrências nessa subcategoria (Figura 3).

Cocaína

Grande parte das reportagens sobre cocaína foi classificada na categoria “comportamento” (49%), seguida pela categoria “tráfico” (28%); com relação às subcategorias, “consumo” apresentou a maior frequência (18%), sucedida por “poder paralelo” (14%). Entretanto, as subcategorias “políticas de tratamento” e “estratégias pessoais de tratamento” foram muito pouco citadas (respectivamente nas porcentagens de 2% e 1%) (Figura 3).



Ansiolítico(s), barbitúrico(s), morfina e solvente(s) - 0%

Figura 1. Ocorrências das drogas nos anos pesquisados.

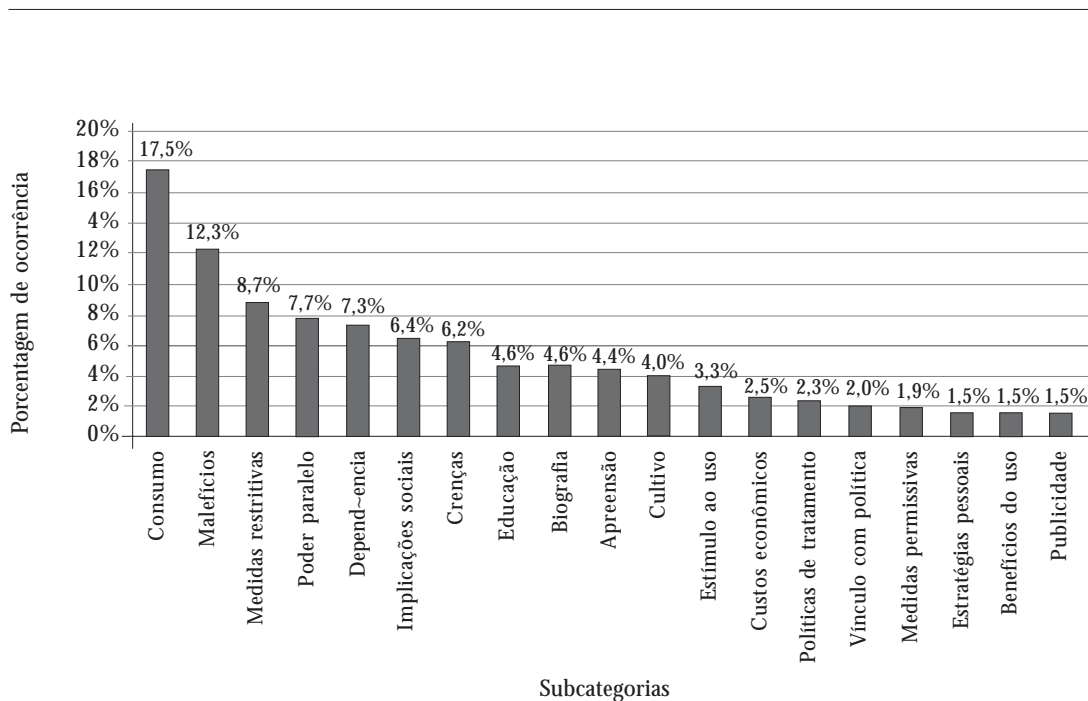


Figura 2. Ocorrência das subcategorias (geral).

Álcool

Enquanto 58% das matérias relacionadas a esta droga enquadraram-se na categoria “comportamento”, 14% relacionaram-se à categoria “políticas públicas” e 4% à categoria “economia”. A subcategoria mais frequente foi “consumo” (15%), seguida por

“dependência” (12%) e “implicações sociais” (11%). Já as subcategorias menos frequentes foram “custos econômicos” (1%) e “publicidade” (1%). É importante destacar que as subcategorias “malefícios do uso” e “benefícios do uso” apresentaram o mesmo número de ocorrências (10% cada uma) (Figura 4).

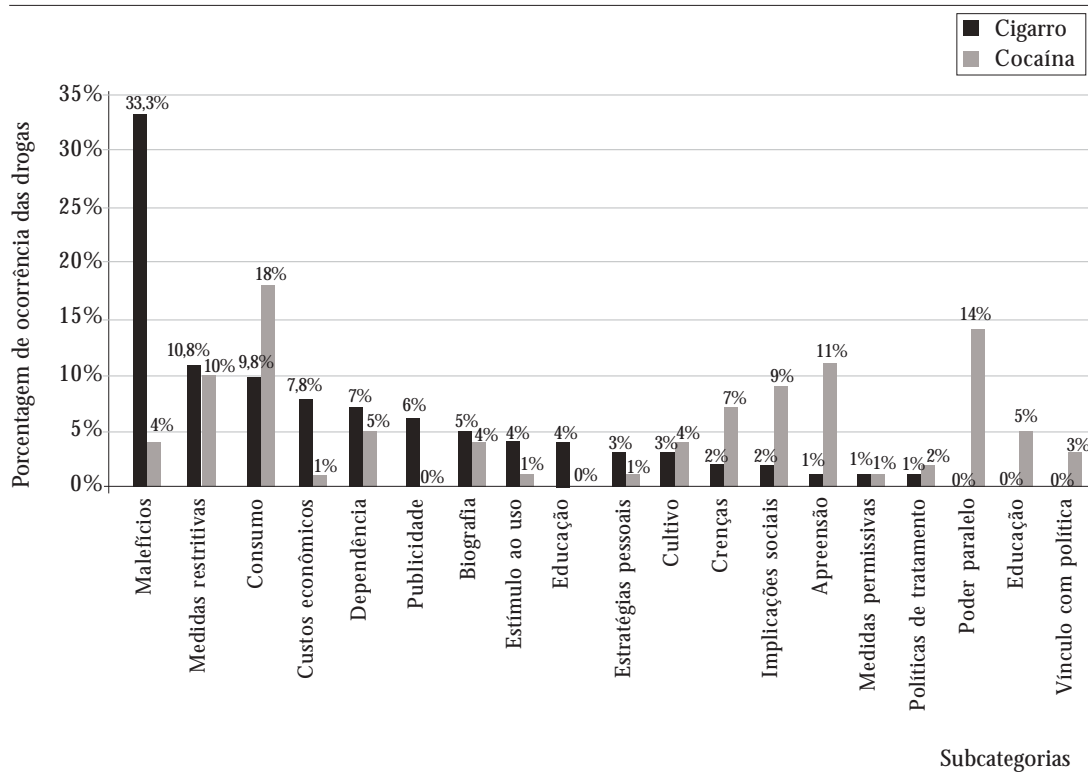


Figura 3. Porcentagem de ocorrência de subcategorias para cigarro e cocaína.

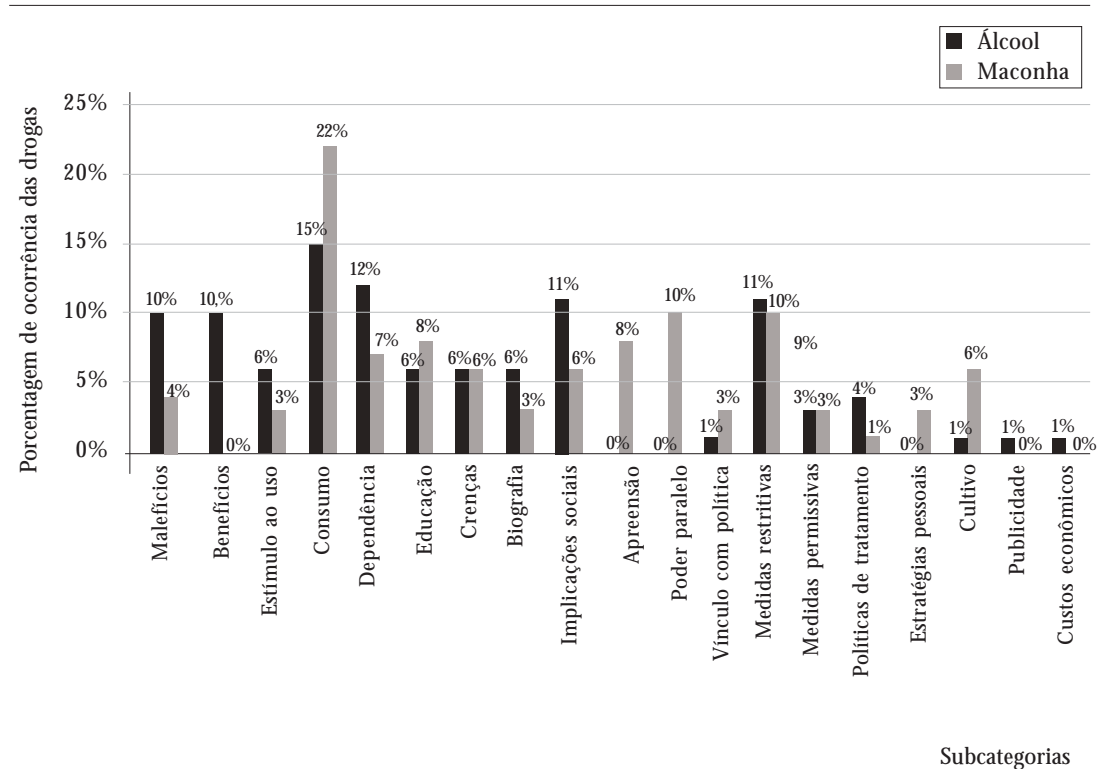


Figura 4. Porcentagem de ocorrência de subcategorias para álcool e maconha.

Maconha

Cinquenta e nove por cento das matérias que citavam esta droga referiam-se à categoria “comportamento”. Em contrapartida, as matérias relacionadas ao “tráfico” (1%) foram as menos frequentes. O “consumo” foi a subcategoria na qual se classificaram 22% das matérias. Não houve ocorrência alguma sobre “benefícios do uso” e 4% das reportagens foram sobre os “malefícios do uso” desta droga. Em relação às outras drogas pesquisadas, a maconha foi a mais abordada na subcategoria “educação” (27%) (Figura 4).

Droga

Na pesquisa realizada com esse termo, 75% das matérias foram registradas na categoria “comportamento”. A subcategoria mais recorrente foi “poder paralelo” (27%), seguido de “crenças” (18%). Não houve ocorrência alguma nas subcategorias “apreensão”, “cultivo”, “estratégias pessoais de tratamento”, “políticas de tratamento”, “estímulo ao uso”, “benefícios do uso” e “publicidade”.

Heroína

Trinta e seis por cento das ocorrências estavam relacionadas à categoria “comportamento”; em contrapartida, as categorias menos citadas foram “saúde” (3%) e “tratamento” (6%). As subcategorias mais frequentes foram “consumo” (17% das reportagens que citavam a droga em questão), “poder paralelo” (14%) e “cultivo” (14%). As subcategorias “dependência”, “crenças” e “medidas restritivas” também obtiveram destaque, apresentando a mesma porcentagem de ocorrências (10% cada uma).

Crack

Oitenta por cento das matérias foram relacionadas à categoria “comportamento”, enquanto a categoria “saúde” não apresentou qualquer ocorrência. As matérias cujo tema central era “consumo” representaram 23% do total de ocorrências sobre esta droga. Com uma frequência importante, porém menos expressiva, as subcategorias “dependência” e “implicações sociais” apareceram em igual proporção (15%). Não houve, no período de tempo pesquisado, nenhuma reportagem acerca dos “malefícios do uso” desta droga para a saúde do usuário.

Ecstasy

A categoria que mais se destacou pelo número de ocorrências foi “comportamento” (79%), seguida pelas categorias “saúde” (14%) e “tráfico” (7%). Essas foram as únicas categorias em que houve ocorrências. A maior parte das matérias em rela-

ção a esta droga foram associadas à subcategoria “consumo” (47%).

Anabolizante

Com relação a esta droga, foram registradas ocorrências somente nas categorias “comportamento” (60%) e “saúde” (40%). As subcategorias encontradas foram “consumo” (50%), “malefícios do uso” (40%) e “estímulo ao uso” (10%). Nenhuma ocorrência foi encontrada com relação às subcategorias “medidas restritivas” e “medidas permissivas”.

Anfetamina

Oitenta por cento das matérias foram classificadas na categoria “comportamento”, enquanto os outros 20% dividiram-se igualmente entre “saúde” e “políticas públicas”. Nas subcategorias, 40% das matérias estavam vinculadas ao “consumo” e 20% relacionavam-se às “implicações sociais”; além disso, foi encontrada a mesma frequência (10%) em cada uma das seguintes subcategorias: “malefícios do uso”, “dependência”, “medidas restritivas” e “estímulo ao uso”.

Ópio

A maior parte das ocorrências relacionadas a esta droga se enquadra na categoria “economia” (43%), seguida por “comportamento” (29%), “saúde” e “tráfico” na mesma porcentagem (14%). A subcategoria “cultivo” foi preponderante, com 43% das ocorrências; as demais reportagens foram classificadas nas subcategorias “poder paralelo”, “consumo”, “dependência” e “malefícios do uso” (14% de ocorrência em cada uma).

Sedativo

As categorias “comportamento”, “tráfico” e “tratamento” apareceram em igual proporção (33%). Somente uma subcategoria em cada uma destas apresentaram ocorrências: “consumo”, “poder paralelo” e “estratégias pessoais” de tratamento.

Ansiolítico, barbitúrico, morfina e solvente

Nenhuma ocorrência foi encontrada para tais substâncias na pesquisa realizada.

Discussão

Considerando que a mídia forma opiniões, modifica e reforça crenças¹⁶, o presente estudo teve por objetivo compreender como as notícias sobre as substâncias eram veiculadas. De uma forma geral, de acordo com os resultados encontrados, pôde-se

observar que os temas e as principais drogas veiculadas, por diversas vezes, não condizem com dados epidemiológicos brasileiros ou mundiais^{3,11}. A revista analisada publicou, no período estudado, poucas matérias sobre algumas das drogas mais consumidas no país e, outras vezes, vinculou determinadas drogas a alguns temas específicos que não são necessariamente os aspectos mais relevantes.

De acordo com os resultados encontrados, destaca-se a baixa frequência de ocorrências de substâncias como a anfetamina (2,1%) e os solventes (0%). Tais resultados são incompatíveis com os dados epidemiológicos do uso de substâncias psicotrópicas. De acordo com o Centro Brasileiro de Informação Sobre Drogas Psicotrópicas¹¹, os solventes aparecem como a segunda droga ilícita com maior uso na vida no Brasil (uso na vida é definido como, pelo menos, um único episódio de uso da droga¹¹). As anfetaminas, classificadas pelo CEBRID na classe dos estimulantes, somadas aos demais, apresentaram uma prevalência na população de 2,2% de uso na vida entre a população feminina.

Os resultados encontrados corroboram os da pesquisa semelhante, realizada por Noto *et al.*¹⁹. Em ambas, as drogas com maior ocorrência foram respectivamente cigarro, cocaína, maconha e álcool. Houve divergência apenas em relação aos anabolizantes que, juntamente com a anfetamina, apareceram na pesquisa anterior¹⁹ como a quinta droga mais citada, e no presente estudo, como a nona droga, também dividindo a posição com a anfetamina.

Quanto à ocorrência das subcategorias, algumas diferenças entre os estudos foram observadas. No anterior, a subcategoria mais frequente foi a dos “prejuízos decorrentes do uso” (80,3%), enquanto, na presente pesquisa, a divisão das frequências entre as subcategorias apresenta-se de forma mais homogênea, com destaque para a subcategoria “consumo” (17%), seguida pela subcategoria “malefícios do uso” (12,3%), por definição equivalente à citada no estudo anterior.

Uma possível explicação para essa constatação é o fato de que a pesquisa anterior analisou somente as informações que a imprensa escrita vem divulgando sobre a implicação do uso de drogas para a saúde, enquanto esta pesquisa realizou um estudo mais amplo, considerando também os aspectos comportamentais, políticos, econômicos e sociais. Ou seja, a diferença encontrada nos dois estudos pode ser referente a diferenças de critérios de classificação e da definição dos objetivos específicos para as análises realizadas.

Cabe ressaltar que 33% das ocorrências encontradas sobre o cigarro estavam associadas à sub-

categoria “malefícios do uso”. Além disso, na subcategoria “custos econômicos”, o cigarro foi, dentre todas as drogas pesquisadas, a mais frequentemente (67%) relacionada ao tema.

Pôde-se observar, ao longo dos anos que as políticas sobre o controle do uso do cigarro apresentaram um caráter cada vez mais restritivo ao uso, como proibição do uso em lugares públicos, fechados, programas de tratamento ao tabagismo em empresas e incentivo do Ministério da Saúde para a implantação de programas de tabagismo nos serviços de saúde. Além disso, houve uma divulgação ampla dos malefícios associados ao uso e uma maior conscientização da população e profissionais de saúde sobre a importância da prevenção. Talvez, essas políticas e ações ao longo dos anos tenham contribuído para a modificação no comportamento e nas opiniões em torno do cigarro, refletindo a ênfase dada pela revista aos malefícios do uso.

Em relação às reportagens sobre cocaína, destaca-se a alta frequência com que foram publicadas, no período estudado, matérias relacionando esta droga à categoria “tráfico” (28%), ressaltando problemas decorrentes deste, como a violência, por exemplo. A análise do impacto do consumo de substâncias psicoativas, em especial as drogas ilícitas, relacionadas a crimes e violência, tem sido cada vez mais discutida em todo o mundo^{4,6}. Pode-se dizer que existem dois tipos principais de violência relacionados às drogas⁴. O primeiro se refere à violência vinculada a grupos que estão diretamente envolvidos com o comércio de drogas ilícitas (como, por exemplo, o tráfico). O segundo grupo se refere a pessoas que são vítimas de violência proveniente de indivíduos que estejam sob o efeito destas drogas⁴.

De modo geral, a categoria “tráfico” e, principalmente, a subcategoria “poder paralelo”, aparecem muito mais vinculadas à cocaína que à maconha, apesar de ambas serem comercializadas no mesmo contexto. Tal diferença entre os temas vinculados às substâncias pode se justificar, dentre outros aspectos, pela atual discussão sobre a legalização do uso da maconha, que tem gerado posicionamentos antagônicos²⁸. Por um lado, é defendida a descriminalização como forma de redução dos danos associados ao uso e, por outro, existe o argumento de que o uso de maconha pode trazer vários danos sociais, psicológicos e orgânicos. Os dois argumentos podem gerar crenças errôneas e pouco críticas acerca desta problemática e, conseqüentemente, mudar o foco da discussão para outros aspectos além do tráfico.

Já sobre o álcool, o destaque inicial foi para a baixa ocorrência da categoria “economia” (4%),

compreendendo 1% na subcategoria “custos econômicos”, resultado longe de representar a realidade dos custos associados ao uso do álcool¹. Além dos custos econômicos, existem os problemas pessoais e sociais decorrentes da intoxicação pelo álcool, como os acidentes de trânsito, violência/agressividade, os suicídios, as morbidades e mortalidades²⁹. Problemas como estes foram classificados na subcategoria “implicações sociais” (11%), que se apresentou como a terceira subcategoria mais frequente, antecedida pelas subcategorias “consumo” (15%) e “dependência” (12%). Desta forma, de acordo com Laranjeira e Romano²⁹, o álcool deve ser encarado não como um produto qualquer, mas como uma substância capaz de causar sérios danos, tanto orgânicos quanto psíquicos e sociais, o que justificaria uma maior porcentagem de conteúdos a este respeito quando a droga fosse citada.

Os resultados encontrados no presente estudo indicam uma posição relativamente ambígua da mídia quanto à relação do álcool com a saúde, visto que o mesmo número de ocorrências para a subcategoria “malefícios do uso” foi apresentado na subcategoria “benefícios do uso” (10% para cada uma). O fato de o álcool ser a droga mais consumida pela população brasileira¹¹, ter custos econômicos altíssimos¹ e os maiores índices de problemas decorrentes do uso^{25,26} justificaria, talvez, seu primeiro lugar no *ranking* da imprensa¹⁹.

Em relação aos resultados encontrados sobre heroína, em especial em relação à frequência das subcategorias “consumo” (17%) e “poder paralelo” (14%), poderíamos fazer a extrapolação de que tais resultados possam formar crenças de que haja um suposto aumento do consumo, o que não se confirma pelos dados epidemiológicos do CEBRID¹¹. Uso na vida de heroína no Brasil é de 0,1 % da população brasileira de 12 a 65 anos; diversas drogas são mais consumidas que a heroína e não receberam o mesmo destaque na revista pesquisada.

No período estudado, não foi encontrada ocorrência alguma que vinculasse crack e saúde. Ele foi a quinta droga mais citada, geralmente em matérias associadas aos temas “consumo”, “dependência” ou “implicações sociais”. No entanto, apesar de ser o crack uma das drogas com consequências mais graves para o organismo, não foi encontrada nenhuma matéria que apresentasse esse tema³¹.

Dentre os resultados associados ao crack, destaca-se a inexistência de ocorrência na categoria “saúde” e, por consequência, na subcategoria “malefícios do uso”. Tal fato, associado à frequência de 5,4%, que coloca a substância como a quinta droga ilícita mais citada, evidencia o pouco destaque da mídia em relação aos problemas de saúde asso-

ciados ao uso de crack, os quais são bastante significativos, principalmente em populações específicas como menores e meninos de rua³². As consequências biológicas causadas pelo uso do crack podem ser tão ou mais graves que outras drogas que apareceram na subcategoria “malefícios do uso” com relevante ocorrência, como o cigarro (57%), álcool (12%) e anabolizantes (7%).

Quanto ao ecstasy, pode ser verificada uma incoerência dos resultados com os dados epidemiológicos brasileiros, visto que se apresenta como a sexta droga ilícita mais citada (3,1%), indo de encontro a dados epidemiológicos irrisórios. Segundo estudo do CEBRID¹¹, o uso na vida da população acima de 12 anos é de 0,6%, junto com todos os outros alucinógenos. A pesquisa aglutinou todas as drogas dessa classe sob essa denominação devido à baixíssima prevalência de uso.

Considerações finais

A mídia pode retratar tanto uma tendência em relação ao contexto no qual está inserida, quanto influenciar na formação de crenças e atitudes sobre determinados assuntos. No caso das drogas, conforme observado neste estudo, os dois aspectos estão presentes, na medida em que a revista pesquisada não apresentou um posicionamento único e claro em relação às diversas substâncias psicoativas. Um importante aspecto a ser considerado, de acordo com Thompson¹⁶, e que merece um estudo específico e mais aprofundado, é em qual contexto as mensagens transmitidas pelos veículos de comunicação são divulgadas e como muitas vezes os achados científicos são tratados e transmitidos para a população geral.

Constatou-se, em alguns momentos, um posicionamento coerente com as características da droga e seu consumo no país (ao enfatizar os malefícios do uso do cigarro, por exemplo), ao passo que, em muitos outros, aspectos fundamentais foram negligenciados (como ao tratar mais do consumo que dos problemas associados ao uso do crack).

Conclui-se, portanto, que há uma incompatibilidade entre o enfoque dado pela mídia e o perfil de consumo de drogas no Brasil, fato que pode influenciar não só as crenças que as pessoas têm sobre determinadas substâncias, mas também as políticas públicas sobre drogas no país, uma vez que a mídia pode ser também uma importante ferramenta às estratégias de prevenção ou promoção de saúde da população.

Colaboradores

TM Ronzani foi o responsável pela concepção, definição e planejamento do projeto de pesquisa, treinamento e supervisão da coleta de dados, revisão bibliográfica, análise dos dados e redação do artigo, sendo o coordenador geral da pesquisa. AGB Fernandes, CFP Gebara, AS Oliveira e NN Scoralick participaram da fase de revisão bibliográfica, coleta e análise de dados e concepção final do artigo. LM Lourenço colaborou na fase de planejamento do projeto, acompanhamento da coleta de dados e revisão final do artigo.

Agradecimentos

Agradecemos à Pró-reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora pela concessão de bolsa de iniciação científica. Agradecemos ainda a colaboração dos alunos do curso de Psicologia da UFJF, Aline Lima Tavares e Felipe Barreto, que participaram da fase de coleta de dados.

Referências

1. Meloni JN, Laranjeira R. Custo Social e de Saúde do Consumo do Alcool. *Rev Bras Psiqu* 2004; 26(Supl. 1):7-10.
2. Ronzani TM. *Avaliação de um processo de implementação de estratégias de prevenção ao uso excessivo de álcool em serviços de atenção primária à saúde: entre o ideal e o possível* [tese]. São Paulo (SP): Escola Paulista de Medicina, Unifesp; 2005.
3. Noto AR, Fonseca AM, Silva EA, Galduróz JCF. Violência domiciliar associada ao consumo de bebidas alcoólicas e de outras drogas: um levantamento no Estado de São Paulo. *J Bras Dep Quim* 2004; 5(1):9-17.
4. United Nations Organization. *Drugs crime and violence: the microlevel impact*. New York: UNO; 2004.
5. World Health Organization. *World report on violence and health*. Geneve: WHO; 2002.
6. World Health Organization. *Handbook for the documentation of interpersonal violence prevention programmes*. Geneve: WHO; 2004.
7. Babor TF, Higgins-Biddle JC. *Brief Intervention for Hazardous and Harmful Drinking A manual for use in primary care*. Geneve: WHO; 2001.
8. Bandura A. *Modificação do comportamento*. Rio de Janeiro: Editora Interamericana; 1979.
9. Kruger HR. *Psicologia das crenças: perspectivas teóricas* [tese de professor titular]. Rio de Janeiro (RJ): Universidade Estadual do Rio de Janeiro; 1995.
10. Rodrigues A, Assmar EML, Jablonski B. *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes; 2002.
11. Carlini EA, Galduróz JCF, Noto AR, Nappo AS. *I Levantamento domiciliar nacional sobre o uso de drogas psicotrópicas no ano de 2001*. São Paulo: CEBRID; 2002.
12. Galduróz JCF, Noto AR, Fonseca AM, Carlini EA. *V Levantamento sobre o uso de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras*. São Paulo: CEBRID; 2004.
13. Babor T, Caetano R, Casswell S, Edwards G, Giesbrecht N, Graham K. *Alcohol: no ordinary, no commodity. Research and Public Policy*. New York: WHO; 2003.
14. Weintraub AE, Chen YJ. The relationship of parental reinforcement of media messages to college students' alcohol -related behaviors. *J Health Comm* 2003; 8(2):157-169.
15. Ramos A. *Introdução à psicologia social*. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2003.
16. Thompson JB. *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes; 1995.
17. Botvin GJ, Kantor LW. Preventing Alcohol and Tobacco Use Through Life Skills Training. *Alc Res Health* 2000; 24(4):250-257.
18. Cape GS. Addiction, Stigma and Movies. *Ac Psych* 2003; 107:163-169.

19. Noto AR, Baptista MC, Faria ST, Nappo SA, Galduróz JCE, Carlini EA. Drogas e saúde na imprensa brasileira: uma análise de artigos e jornais publicados em revistas. *Cad Saude Publica* 2003; 19(1):69-79.
20. Andrews AB, McLeese DG, Curran S. The Impact of a Media Campaign on Public Action to Help Maltreated Children in Addictive Families. *Child Ab Neg* 1995; 19(8):921-932.
21. De Micheli D, Formigoni MLOS. Are reasons for the first use of drugs and family circumstances predictors of future use patterns? *Addic Behaviors* 2003; 27:87-100.
22. Forechi M. A informação como troca na construção da realidade cotidiana. In: *Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2005; Rio de Janeiro. p. 1-13.
23. Costa BCG. *Estética da violência: jornalismo e produção de sentidos*. Piracicaba: Editora Unimep; 2002.
24. Reis CE. *Violência escolar: A perspectiva da Folha de São Paulo*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC; 2003.
25. Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 1977.
26. Bauer MW, Gaskell G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático*. Petrópolis: Vozes; 2003.
27. Minayo MCS. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO; 2000.
28. Carlini EA, Rodrigues E, Galduróz JCF. *Cannabis sativa L. e substâncias canabinóides em medicina*. São Paulo: CEBRID; 2005.
29. Laranjeiras R, Romano M. Consenso brasileiro sobre políticas públicas do álcool. *Rev Bras Psiq* 2004; 26(Supl. 4):68-77.
30. Room R, Babor T. Alcohol and public health. *Lancet* 2005; 365:519-530.
31. Laranjeira R, Oliveira RA, Nobre MRC, Marques BW. *Usuários de substâncias psicoativas. Abordagem, diagnóstico e tratamento*. São Paulo: Editora CREMESP – AMB; 2003.
32. Noto AR, Galduróz, JCF, Nappo SA, Fonseca AM, Carlini CMA, Moura YG, Carlini EA. *Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais brasileiras*. São Paulo: CEBRID; 2003.

Artigo apresentado em 26/06/2007

Aprovado em 14/12/2007